

CRENÇAS AMBIENTAIS, UM NOVO MUNDO POSSÍVEL?

Eduardo Chierrito-Arruda

1. INTRODUÇÃO

Atualmente existe em consenso entre pesquisadores sobre o aquecimento global antropogênico (influenciado pelo impacto ambiental das atividades humanas) e que as transformações comportamentais, econômicas e sociais são fundamentais para a manutenção da vida (JUNGES; MASSONI, 2018). Diante disso, ao contemplar o desenvolvimento e a celeridade dos impactos ambientais, se faz necessário reflexões sobre qual ponto de vista ou valores embasam a relação pessoa-ambiente?

No que diz respeito a essa questão, a Psicologia Ambiental, campo da Psicologia que se dedica aos estudos pessoa-ambiente, possui a grata (ou ingrata) tarefa de ressaltar que os dilemas socioambientais são responsabilidades de nossos atos, de nossa gestão e de nosso modelo socioeconômico. Para Pinheiro (1997), a crise ambiental é, na verdade, uma crise de pessoas-nos-ambientes, isso significa que nossas organizações e modos de vida impactam diretamente o sujeito ambiental. Dessa maneira, nossos valores e crenças ambientais precisam ser ressignificados, afinal, somos mais dependentes do nosso ecossistema do que podemos imaginar.

Para buscar respostas frente ao questionamento levantado, este artigo foi organizado a partir dos seguintes temas: um breve panorama histórico da relação pessoa-ambiente e as possíveis contribuições/provocações da Psicologia Ambiental.

2. DESENVOLVIMENTO

Historicamente, a relação das pessoas para com o ambiente fora pautada em um respeito místico. A visão mito-poética presente em narrativas de nossos ancestrais e de povos tradicionais/originários sugerem uma maneira diferente de vivenciar a relação pessoa-ambiente, e conseqüentemente podem trazer reflexões para a sociedade contemporânea (BOFF, 2015).

Nesse sentido, em um contexto tradicional, pode-se destacar o “Ubuntu”, uma palavra africana, que representa “eu sou, uma vez que nós somos” ou “uma pessoa é uma pessoa, através de outras pessoas”. Aqui o imperativo é que ninguém, seja pessoa, animal ou coisa, seria inferior ou superior a outrem. Sem descartar a organização social, as compreensões horizontais e democráticas de hierarquia se fazem imprescindíveis, priorizando o respeito, a ética e a vida cultural.

Tal representação sugere o que a Psicologia Ambiental apresenta como crenças ecocêntricas, ou seja, um conjunto de valores e percepções ambientais que conduzem as pessoas para estarem mais próximas ou sensíveis aos temas sociais e ambientais, entre eles, destacam-se valores, como o altruísmo, o amor, a responsabilidade e autonomia. Ainda nesse sentido, no exemplo do “Ubuntu”, resgata-se um conceito dialógico, ou seja, uma visão de que o ambiente é um sujeito e as pessoas se relacionam com ele, não apenas modificamos os cenários, mas o sujeito ambiental também produz modificações em nossa subjetividade (intersubjetividade) (ZELENSKI; DOPKO; CAPALDI, 2015).

É evidente que para as organizações contemporâneas, esses valores representam um conjunto práticas que qualquer gestor que visa a qualidade e a responsabilidade socioambiental poderia estimar para sua empresa ou instituição. No entanto, as lógicas que possibilitam tais conceitos, por mais que recebam olhares de prestígio, não permitem ou sufocam tais expressões, isso se deve aos diferentes contextos sociais, econômicos e culturais presentes em nossa historicidade diante de tais temas. No decorrer do processo civilizatório europeu (que impacta a construção colonialista do Brasil) e dos avanços das grandes civilizações, novas estruturas sociais se tornaram possíveis. A relação pessoa-ambiente começa a manifestar dissonâncias de modelos tradicionais

como vistos acima. Aqui, provavelmente, “eu sou o que eu tenho” seriam os valores que conduziriam as transformações modernas, permeadas por avanços cada vez mais individualistas e mantidos pelo prazer (hedonistas). Sendo assim, como podemos falar de condutas que protegem as gerações futuras, se as vistas estão voltadas nesses valores?

Com a ascensão do capitalismo industrial, as dicotomias pessoa-ambiente começaram a ter marcas mais intensas. A expansão diante dos recursos naturais impactava o ambiente e não permitia a capacidade de restauração ecológica (WATANABE, 2011). O modelo hegemônico trouxe êxodos rurais e impactos na concepção de trabalho, agora reformulada em linhas de montagem, que alienavam as pessoas, não apenas do próprio trabalho, mas também da cadeia produtiva completa, criando especialidades e auxiliando a visão de um mundo fragmentado (BOFF, 2015). Não obstante que atualmente existe o desafio para a implementação da cadeia produtiva sustentável.

A justa-medida, pautada “em si mesmo”, conduziu às concepções de crenças antropocêntricas. Nesse sentido, percebe-se que as feridas provocadas pela manutenção do poder e dos agenciamentos assimétricos de relação social iriam motivar aspirações ainda mais graves, sentimentos alicerçados na sugestão de supremacia, nas marcas e dores presentes em uma sociedade que se alavancou às custas da escravidão e da eliminação de corpos. Nesse sentido, as crenças antropocêntricas não estariam pautadas apenas da concepção de que o humano estaria acima da natureza, mas de que o homem, branco, europeu e civilizado estaria acima de qualquer outro, sejam nas questões étnicas, de gênero e nas diferenças individuais.

Aqui a Psicologia Ambiental pode colaborar para entender que não basta ter atitudes ambientais favoráveis quando as demais estruturas de poder não forem superadas. Na atualidade, cada vez mais é evidente que as crenças antropocêntricas, aparentemente não cabem nas organizações contemporâneas que buscam destaque pela qualidade de seus serviços e pela sua responsabilidade socioambiental. Elas são sustentadas em falsos valores e falsas aparências, que em um mundo informatizado e com consciência ecológica e social, sua face verdadeira é denunciada, como um clique em um aplicativo para saber quais empresas usam trabalho escravo.

Desse modo, questiona-se, quais empresas brasileiras ou multinacionais crescem com trabalho escravo? Com exploração ambiental? Com mentiras, juros abusivos e outras estratégias? Quais seriam as orientações políticas de seus dirigentes? A percepção do novo consumidor na atualidade, constantemente entra em choque com concepções antropocêntricas e seu poder de compra buscará novos formatos de relacionamentos e de posicionamentos. São pessoas que questionam se cadeia produtiva é sustentável, se a qualidade é garantida e se a responsabilidade socioambiental traz benefícios, não apenas para a empresa, mas para a comunidade em seu redor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na historicidade, as organizações foram constituídas como uma expressão cultural e regional, sempre atreladas ao espaço e tempo. Esse dado, pode representar a maneira como os diferentes agrupamentos se dispõem diante dos ambientes. Nesses, as organizações humanas exploram recursos naturais e produzem suas características subjetivas e culturais (intersubjetividade).

Observou-se a necessidade de revitalizar as crenças ecocêntricas e superar as dissonâncias de um modelo antropocêntrico nas organizações. É fato que no decorrer dos processos históricos não se pode negligenciar os avanços tecnológicos e sociais, porém, tais transformações trouxeram novas práxis sociais que por tempo, negaram as dimensões ambientais os direitos sociais.

Desafios mais complexos estarão presentes para garantir a continuidade da vida humana no planeta, talvez a questão das crenças para as organizações sejam apenas um mero reflexo de uma humanidade que precisa aprender a conviver, a projetar o bem-estar social e garantir a continuidade de relações éticas e sensíveis às pessoas e aos ambientes.

REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade - o que é – o que não é**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CAMPOS, Camila Bolzan de; POL, Enric. As crenças ambientais de trabalhadores provenientes de empresa certificada por SGA podem predizer

comportamentos pró-ambientais fora da empresa? **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v.15, n.2, p.198-206, 2010. doi 10.1590/S1413-294X2010000200009.

CAPRA, Frijof. **O ponto de mutação**: A ciências, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.

IZAGIRRE-OLAIZOLA, J.; FERNÁNDEZ-SAINZ, A.; VICENTE-MOLINA, M. A. Internal determinants of recycling behaviour by university students: a cross-country comparative analysis. **International Journal of Consumer Studies**, v.30 n.1, p.25-34. 2015. doi 10.1111/ijcs.12147

JUNGES, Alexandre Luis; MASSONI, Neusa Teresinha. O Consenso Científico sobre Aquecimento Global Antropogênico: Considerações Históricas e Epistemológicas e Reflexões para o Ensino dessa Temática. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 18, n. 2, p. 455-491, 2018.

PATO, C. M. L. **Comportamento Ecológico: Relações com Valores Pessoais e Crenças Ambientais**. Tese. Universidade de Brasília, Brasília, ago., 2004.

PINHEIRO, José Q. Psicologia Ambiental: A busca de um ambiente melhor. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n. 2, p.377-398, 1997.

WATANABE, Carmem Ballão. **Fundamentos teóricos e prática da educação ambiental**. Instituto Federal Paraná, Curitiba, 2011.

ZELENSKI, J. M.; DOPKO, R. L.; CAPALDI, C. A. Cooperation is in our nature: Nature exposure may promote cooperative and environmentally sustainable behavior. **Journal of Environmental Psychology**, v.42, p.24-31, 2015. doi 10.1016/j.jenvp.2015.01.005

Eduardo Chierrito-Arruda é discente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Limpas e Sustentabilidade Ambiental, Unicesumar, Maringá, Paraná. Graduado em Psicologia, Unicesumar, Maringá, Paraná.

eduardochierrito@gmail.com